

POLÍTICA DE ÉTICA E CONFIDENCIALIDADE

A APPACDM de Lisboa assume, como prioridade da sua ação, o respeito integral da pessoa com deficiência intelectual e incapacidade.

Entende que a promoção dos direitos de cidadania destas pessoas tem efeito prático no seu desenvolvimento, no das suas famílias e da comunidade em geral, estimulando na sociedade uma atitude mais justa e inclusiva, o envolvimento das famílias e de todos os colaboradores da Instituição neste objetivo e é fundamental para assegurar uma postura organizacional, orientada para os valores assumidos.

Como instrumentos de referência, na defesa e promoção dos direitos das pessoas, assume os desígnios das convenções dos Direitos das Crianças, das Nações Unidas e dos Direitos das Pessoas com Deficiência e enquadra os princípios fundamentais de conduta, através da adoção do código de ética da CODEM. Estando os mesmos espelhados nas cartas dos direitos dos clientes e crianças que frequentam os serviços da organização.

A transparência do processo, a reserva da vida privada, dos direitos, das liberdades e garantias fundamentais, são também princípios da nossa ação no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais/sensível que só poderá ser efetuado se o titular/representante legal tiver dado seu consentimento, por escrito.

A forma como os dados pessoais e sensíveis dos clientes e restantes partes interessadas são tratados encontra-se descrita em procedimento interno, existindo por parte dos colaboradores/voluntários o compromisso de sigilo acerca da informação obtida, através de compromisso formal decorrente do vínculo existente com a organização e da tomada de conhecimento dos procedimentos existentes. Pretendendo assim assegurar que estes são tratados de forma lícita, com respeito pelo princípio da boa-fé e recolhidos para finalidades explícitas e legítimas.

A Instituição assegura, ainda, o cumprimento do referido no artigo 7.º da Lei de Proteção dos Dados Pessoais relativamente à proibição do tratamento dos *«dados pessoais referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem racial ou étnica, bem como o tratamento de dados relativos à saúde e à vida sexual, incluindo os dados genéticos»* e integrará as medidas necessárias indo ao encontro do Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU 2016/679) aplicável a partir de 25 de maio de 2018.